

MULTICULTURALISMO NA AMAZÔNIA

O singular e o plural em reflexões e ações

NAIR FERRERA GURGEL DO AMARAL

(Organizadora)

Agripina Aparecida Gontijo Rodrigues. Andréa Moraes da Costa. Anselmo Alencar Colares. Arneide Bandeira Cemin. Carmen Tereza Velanga. Célio José Borges. Celso Ferrarezi Junior. Clarides Henrich de Barba. Cristiane Neves de Aguiar. Elza Araújo dos Santos. Elza Moreira Alves. Flávia Pansini. Gleidenira Lima Soares. Gustavo Gurgel do Amaral. Ingrid Letícia Menezes Barbosa. Iracema Gabler. Janes Angie Moreira de Abreu. Jean-Pierre Angenot. Josélia Gomes Neves. Luciana Fabiano dos Santos Uchoa. Marcélio Rodrigues Uchoa. Marco Antonio Domingues Teixeira. Maria de Fátima de Castro de Oliveira Molina. Maria Lília Imbiriba Sousa Colares. Maria do Socorro Dias Loura. Maria Silvia Galdino de Moraes. Miguel Nenevé. Nair Ferreira Gurgel do Amaral. Neusa dos Santos Tezzari. Roseli Siepamann. Tania Suely Azevedo Brasileiro. Terezinha Andrade da Costa. Tiago Santos Malheiros. Wany Bernardete de Araujo Sampaio.

GRUPO DE ESTUDOS INTEGRADOS
SOBRE A AQUISIÇÃO DA LINGUAGEM – GEAL
PROJETO: Alfabetização de Ribeirinhos na Amazônia

Editora CRV
Curitiba 2009

Copyright © da Editora CRV Ltda.

Editor: Railson Moura

Diagramação e capa: Roseli Pampuch

Ilustração da capa: Roger Melo

Revisão: os autores

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Amaral, Nair Ferreira Gurgel do
Multiculturalismo na Amazônia – o singular e o plural
em reflexões e ações / Nair Ferreira Gurgel do Amaral (org.).
Curitiba: Editora CRV, 2009
000 p.

Inclui bibliografia.
ISBN:

1. Multiculturalismo. 2. Amazônia. 3. Pluralidade
Cultural. I. Título.

CDD –
CDU –

2009

Todos os direitos desta edição reservados pela:

Editora CRV

Tel.: (41) 3039 6418

E-mail: sac@editoracrv.com.br

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO

Nair Ferreira Gurgel do Amaral

MULTICULTURALISMO E ENSINO DE LITERATURA

Miguel Nenevé & Flávia Pansini

1. O conceito de multiculturalismo
2. Ênfases e omissões no ensino de Literatura
3. Referências

FORMAÇÃO DE EDUCADORES, CURRÍCULO E EDUCAÇÃO MULTICULTURAL: UM DIÁLOGO FREIREANO NA AMAZONIA

*Carmen Tereza Velanga Moreira. Elza Araújo dos Santos & Tania Suely
Azevedo Brasileiro*

1. Currículo: o centro do debate
2. Currículo multicultural numa perspectiva de fronteira
3. Currículo e formação de educadores frente às novas tecnologias: uma
postura inclusiva
4. A formação de educadores: competências a construir na ótica freireana
5. Ética na intersecção de um currículo multicultural na formação de
professores: a contribuição de Paulo Freire
6. Referências

GÊNERO, DESENVOLVIMENTO E MULTICULTURALISMO NA AMAZÔNIA

Arneide Bandeira Cemin

1. Feminismo e Antropologia do Desenvolvimento: multiplicidade e agência
2. Desenvolvimento e igualdade de gênero
3. Multiculturalismo, “eticização” do feminismo e imaginários
4. Referências

PRÁTICAS DE LINGUAGEM: CONTEXTO SOCIAL, DIFERENÇAS E PRECONCEITOS

Iracema Gabler

1. Contexto social
2. Linguagem e meio social
3. Diferença ou deficiência lingüística
4. Referências

CATEGORIZAÇÕES E LINGUAGEM: A FAVOR DE CATEGORIAS CULTURAIS

Celso Ferrarezi Junior

1. Kant, Peirce, Rosch e Eco
2. Categorização e Cultura: dois casos relevantes
3. Referências

O WAKA ON: LÍNGUAS E IDENTIDADES EM RELAÇÃO NA FORMAÇÃO DE PROFESSORES INDÍGENAS

Neusa dos Santos Tezzari

1. A inserção no universo indígena
2. A disciplina ministrada
3. As relações estabelecidas entre as professoras e os professores indígenas e nós: a equipe de trabalho
4. O Waka on
5. As questões de linguagem
6. Referências

UNIVERSIDADE E POVOS INDÍGENAS: A POSSIBILIDADE DO DIÁLOGO INTERCULTURAL NA FLORESTA

Josélia Gomes Neves

1. Introdução
2. Permanência dos estudantes indígenas na Universidade
3. Referências

PRÁTICAS DE LEITURA EM COMUNIDADES ÁGRAFAS

Wany Bernardete de Araujo Sampaio

1. Práticas de leitura na sociedade amondawa
2. A leitura visual
3. A leitura auditiva
4. Os narradores autorizados e as narrativas orais como fontes de leitura
5. Referências

QUILOMBO E REMANESCENTES QUILOMBOLAS - UMA DISCUSSÃO CONCEITUAL

Gustavo Gurgel do Amaral & Jean-Pierre Angenot

1. Quilombo e Quilombola: a ideologização da palavra
2. A Evolução do Conceito “Remanescente de Quilombo”
3. Referências

AS POPULAÇÕES NEGRAS DA BACIA DO GUAPORÉ: FORMAÇÃO ETNO-HISTÓRICA, ESPAÇO E NATUREZA

Marco Antonio Domingues Teixeira & Gustavo Gurgel do Amaral

1. A Formação Etno-histórica da Bacia do Guaporé
2. Espaço e Natureza da Bacia do Guaporé
3. A REBIO do Guaporé
4. Referências

MULTICULTURALISMO E EDUCAÇÃO: UM ENFOQUE AO RIBEIRINHO

Anselmo Alencar Colares. Maria Lília Imbiriba Sousa Colares. Elza Moreira Alves. Ingrid Letícia Menezes Barbosa & Maria de Fátima de Castro de Oliveira Molina

1. Introdução
2. Multiculturalismo crítico e educação
3. Ser ribeirinho na Amazônia
4. Algumas considerações conclusivas
5. Referências

A CULTURA NA EDUCAÇÃO RIBEIRINHA: OLHARES EM PORTO VELHO

Clarides Henrich de Barba

1. A consciência educativa e cultura
2. A identidade da cultura na educação ribeirinha: diversos olhares
 - 2.1. As identidades Ribeirinhas
3. Olhares da Cultura na Educação Ribeirinha
4. Considerações Finais
5. Referências

PERFIL SOCIOLINGÜÍSTICO E CULTURAL DOS RIBEIRINHOS: UM DIAGNÓSTICO MULTICULTURAL

Cristiane Neves de Aguiar & Nair Ferreira Gurgel do Amaral

1. Letrar - primeiro passo para o conhecimento
2. A diagnose que ajuda a reconhecer o “erro” pedagógico
3. Um dia é da caça e o outro dia é do caçador
4. Resultados: fenômenos comuns às séries em fase de aquisição da escrita
5. Referências

LEITURA E CULTURA NA AMAZÔNIA: UMA PRÁTICA POSSÍVEL

Gleidenira Lima Soares & Janes Angie Moreira de Abreu

1. Leitura no Sítio – Uma Realidade

UNIVERSIDADE E POVOS INDÍGENAS: A POSSIBILIDADE DO DIÁLOGO INTERCULTURAL NA FLORESTA

Josélia Gomes Neves²³

*Depende de mim, depende de nós, escuto um
silêncio, ouço uma voz que vem de dentro e enche
de luz, toda a nossa tribo, somos todos índios!
(Vinicius Cantuária)ⁱ*

A Constituição de 1988 amplia o conceito de educação para todos e todas (art. 205), levando em conta, entre outros aspectos, as demandas dos povos indígenas por acesso à Universidade, no que diz respeito à formação docente. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, de Nº. 9394/96 referenda as premissas constitucionais (art.78 - 79) e o Plano Nacional de Educação de 2001 estabelece um tempo para o Estado brasileiro alcançar este objetivo (Meta Nº.17). Desta forma, as comunidades indígenas na medida em que ampliam a educação básica em suas aldeias, buscam também o acesso às Universidades, entendidas como importantes locais, tendo em vista a luta pela autonomia.

A Constituição de 1988 amplia o conceito de educação para todos e todas (art. 205), levando em conta, entre outros aspectos, as demandas dos povos indígenas por acesso à Universidade, no que diz respeito à formação docente. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, de Nº. 9394/96 referenda as premissas constitucionais (art.78 - 79) e o Plano Nacional de Educação de 2001 estabelece um tempo para o Estado brasileiro alcançar este objetivo (Meta Nº.17). Desta forma, as comunidades indígenas na medida em que ampliam a educação básica em suas aldeias, buscam também o acesso às Universidades, entendidas como importantes locais, tendo em vista a luta pela autonomia.

²³ Professora da Fundação Universidade Federal de Rondônia. Pedagoga. Psicopedagoga. Mestra em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente (UNIR). Líder do Grupo de Pesquisa em Educação na Amazônia – GEPEA. Pró-Reitora de Cultura, Extensão e Assuntos Estudantis – PROCEA/UNIR. Doutoranda em Educação Escolar – UNESP. shiva.ro@uol.com.br

Com base nesta política de direitos, no diálogo com os movimentos indígenas e considerando sua pauta formativa, a Fundação Universidade Federal de Rondônia – UNIR, uma instituição de educação superior situada na Amazônia brasileira que completou em julho de 2008, 26 anos de existência, aprovou na reunião do CONSUN – Conselho Universitário no âmbito do REUNI - Programa de Apoio ao Plano de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais, no dia 24 de outubro de 2007 o Curso de Licenciatura em Educação Básica Intercultural, destinado à formação de docentes indígenas através da Resolução Nº. 9 com início definido para julho de 2009 em Ji-Paraná, Rondônia.

Um gesto que significa, sobretudo, um pequeno passo na direção da viabilização do direito à educação, do respeito às culturas tradicionais, na medida em que, com esta ação, favorece a permanência de docentes e estudantes indígenas em suas comunidades em um processo permanente de revalorização da Terra Indígena.

Ao propormos o referido tema, apostamos na possibilidade de um encontro a favor dos direitos dos povos da floresta amazônica, tendo em vista a atual situação pós-contato que sugere o estabelecimento de relações pautadas neste esforço de não só reconhecer as diferenças culturais, mas fundamentalmente construir propostas de enfrentamento à diferença na perspectiva de aprendizagem coletiva. Quando falamos de Interculturalidade, queremos dizer que trata de um mecanismo com vistas a:

[...] contribuir para superar tanto a atitude de medo quanto a de indiferente tolerância ante o “outro”, construindo uma disponibilidade para a leitura positiva da pluralidade social e cultural. Trata-se, na realidade, de um novo ponto de vista baseado no respeito à diferença, que se concretiza no reconhecimento da paridade de direitos. Tal perspectiva configura uma proposta de “educação para a alteridade”, aos direitos do outro, à igualdade de dignidade e de oportunidades, uma proposta democrática ampla. (FLEURI, 2003, p.7)

E a aposta neste diálogo desafiador leva em conta o fato de como estas relações têm se estabelecido ao longo do processo histórico, a origem da Universidade e a trajetória das comunidades indígenas. Os registros nos informam que a UNIR, criada pela Lei nº. 7.011 de 8 de junho de 1982 em substituição ao Centro de Ensino Superior de Rondônia, surge “[...] aproveitando o surto de crescimento e desenvolvimento de Rondônia [...]” (SILVA, 1984, p.132) em um contexto de consolidação da colonização em que as forças políticas da época não levaram em conta as características da Amazônia.

Características estas relacionadas à questão ambiental, “[...] os novos povoadores tudo ignoram; vêem a floresta como obstáculo. Seu propósito é tombá-la para convertê-la em pastagens ou em grandes plantios comerciais. [...]” (RIBEIRO, 1995, p.308) ou as populações tradicionais. No caso das

comunidades indígenas de Rondônia, do dia para a noite, viram seus territórios serem invadidos sem sequer ter tempo para elaborar uma explicação coerente a respeito, conforme ilustra Martins:

Posto Indígena Rio Roosevelt-RO, o sertanista Apoena Meireles está dedicado a difícil tarefa de convencer 200 índios Suruí de que – embora cercados por dois mil posseiros vindos do sul, armados e treinados em anos de invasões de terra - eles devem esperar por alguma coisa que mal podem compreender: a FUNAI, o INCRA, a Polícia Federal e sua justiça”. (1978, p.189)

Em decorrência disso, podemos listar uma série de outros exemplos para demonstrar esta situação: o caso da implantação do PAD – Processo de Assentamento Dirigido Burareiro em plena Terra Indígena Uru-eu-Wau-Wau, na região de Ariquemes em 1974 que provocou tensões e conflitos entre colonos e indígenas pelo menos até 2005. Estes desdobramentos negativos para as comunidades indígenas ocorreram porque, entre outros aspectos, quem recebeu o lote pouco tempo depois vendeu para outros e assim sucessivamente, fato corriqueiro no processo de colonização de Rondônia.

De acordo com o GTA – Grupo de Trabalho Amazônico (2008) órgãos oficiais e não oficiais realizaram em 2003 um Laudo de Vistoria e Avaliação dos recursos naturais e das benfeitorias com vistas a indenizações para os ocupantes, sendo que em 2005 é que foi concedida a liminar de reintegração da posse desta terra aos índios. O documento produzido pelo GTA questiona o significado destas benfeitorias, uma vez que “[...] estas levaram a devastação do patrimônio natural, ou seja: a madeira foi vendida, animais silvestres foram mortos, igarapés foram soterrados, nascentes d’água desapareceram e os indígenas ficaram com o prejuízo”. (2008, p.48)

Este modelo de colonização, caracterizado como assentamento dirigido em função do suposto controle e administração por parte do estado apresentou uma série de distorções além da inserção em parte da Terra Indígena, em outros locais houve a insuficiência de estrutura para que os posseiros pudessem permanecer na terra, daí que:

A grande massa de pequenos produtores que chegou a Rondônia e teve seus lotes conseguidos pelo INCRA está se extinguindo porque, porque todos na realidade foram usados para ‘amansar a selva’, visto que estes trabalhadores limpavam imediatamente seus lotes para uso próprio. Em seguida começavam os atritos. Os interesseiros poderosos exerciam pressão para comprar essas áreas já limpas, fazendo com que boa parte dos migrantes-colonos se retirasse: ou eles morriam, pelo ‘balaço’ ou teriam que ir embora. (PERDIGÃO; BASSÉGIO, 1992, p. 117-118)

Situações como estas evidenciam que o fato do Estado de Rondônia possuir uma das mais significativas populações indígenas do país - cerca de 11 mil pessoas, 29 comunidades conhecidas, 23 Terras Indígenas que representam

um total de 20,82% da área do estado (GTA, 2008), etnias como os Arara, Gavião, Cinta-Larga, Suruí, Karitiana, Karipuna, Tupari, Makurap, Kaxarari, dentre outros povos, além de 8 grupos isolados, todo este contexto, não garante a sua identificação enquanto estado indígena ou mesmo multicultural e plurilinguístico no imaginário da sociedade local.

No decorrer do processo histórico, o que vamos observar é a produção da invisibilidade destas comunidades traduzidas na veiculação da idéia de que a Amazônia era um vazio demográfico, justificativa do Estado para atrair contingentes populacionais para a região com vistas a exploração colonizatória. (BECKER, 1990). A pouca visibilidade construída sobre os índios, apresentou ao mundo não indígena a concepção de que estes eram selvagens, sem religião ou direitos (LAPLANTINE, 1994). Entregues a própria sorte, enfrentaram, sem a proteção do estado brasileiro, e, muitas vezes, tendo este como adversário, grupos armados ligados aos grandes grileiros de terras na violenta disputa pela ocupação da Amazônia. Neste processo, foram quase dizimados nos anos de 1950 a 1980 (RIBEIRO, 1995).

A UNIR, por sua vez, na década de 1980, enfatizava sua tarefa formativa, oferecendo ao estado de Rondônia quadros, principalmente para o funcionalismo público, em sua maioria, cursos de licenciatura, tendo em vista a quantidade de pessoas de todos os lugares do Brasil que aqui chegavam. Após quase 20 anos, a partir de 2001, pesquisadores e pesquisadoras da UNIR, primeiro do Campus de Porto Velho e depois do Campus de Ji-Paraná (2007) iniciam um debate sobre a pertinência de ofertas educacionais para a formação de docentes indígenas, considerando a conclusão de sua formação em nível médio, através do Projeto Açaí.

É nosso objetivo registrar e analisar a discussão e a repercussão sobre a educação superior indígena a partir das ações do Campus de Ji-Paraná e das comunidades indígenas desta região, o que não invalida as contribuições do Campus de Porto Velho.

Um aspecto divergente entre as duas discussões era que, enquanto os estudiosos da questão indígena em Porto Velho propunham como encaminhamento a viabilização da educação superior indígena através de disputa em edital do Programa Pró-Licenciatura Indígena – PROLIND/MEC - para assegurar recursos, tendo em vista a instalação e funcionamento do curso para professores e professoras indígenas em caráter finito, a equipe de Ji-Paraná defendia o oferecimento de propostas de formação para docentes indígenas em caráter permanente, que foi possibilitado pelo Decreto nº. 6.096, de 24 de abril de 2007, que criou o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – REUNI. Este Programa constitui uma das ações do Plano de Desenvolvimento da Educação – PDE, que tem como objetivo

proporcionar às universidades federais condições necessárias para ampliação do acesso e permanência na educação superior.

Desta forma, na reunião do DCHS – Departamento de Ciências Humanas e Sociais do Campus de Ji-Paraná, de 30 de março de 2007 foi discutido a solicitação oficial dos docentes indígenas da região central do Estado a respeito da educação superior, tendo em vista que em Porto Velho a discussão não estava avançando. O teor do documento de 29 de março de 2007, dia em que esta decisão foi tomada, afirmava que:

Nós professores indígenas, Gavião e Arara, da representação de Ji-Paraná nos reunimos no dia 29 de março de 2007 para discutirmos sobre o ensino superior indígena aqui na nossa região vimos que a discussão que estava sendo realizada pela comissão instaurada anteriormente e que vinha se reunindo em Porto Velho não estava avançando, resolvemos nos mobilizar aqui no nosso município. Neste primeiro encontro tivemos a presença da professora Josélia da UNIR, da maioria dos professores Arara e Gavião, da equipe da SEDUC, da Coordenação da Padereêhj entre outras pessoas. A professora Josélia nos colocou a disponibilidade da UNIR em apoiar esta iniciativa. Sendo assim, temos a honra de convidá-lo para a segunda reunião que acontecerá no dia 27 de abril na representação de ensino de Ji-Paraná a partir das 8h30min. Caso haja modificação na data avisaremos a representação de ensino de cada cidade ou seja, Cacoal, Espigão do Oeste e Alta Floresta. [...]. Esperamos contar com a presença de todos e assim fortalecer o movimento indígena em prol da educação. Atenciosamente, A Comissão. Josias Gavião, José P. Gavião, Ernandes Arara, Marli Peme Arara, Iran Gavião e Sebastião Gavião.

O que fundamentou a decisão dos pesquisadores e pesquisadoras de Ji-Paraná, ao defenderem uma proposta de curso para os docentes indígenas em caráter permanente, foi o fato de esta proposta significar e assegurar um endereçamento permanente para as comunidades indígenas na Universidade, já que o PROLIND prevê recursos apenas durante a execução do projeto. A história da educação brasileira explicita que há uma descontinuidade nas políticas públicas, pois muitas vezes, estas não se constituem como propostas de estado, institucionalizadas e mais consistentes e sim como propostas de governo, provisórias e esporádicas. Observamos também outras experiências, de caráter definitivo, principalmente o caso do Núcleo de Formação Indígena INSIKIRAM da Universidade Federal de Roraima.

No âmbito do Programa REUNI, a UNIR através do Departamento de Ciências Humanas e Sociais do Campus de Ji-Paraná, criou o Curso de Licenciatura em Educação Básica Intercultural a partir das demandas apresentadas pelas comunidades indígenas, a formação de seus docentes em nível superior, contribuindo, assim, para a redução das profundas desigualdades ao possibilitar aos jovens e adultos de diferentes condições socioeconômicas e integrantes de diferentes grupos étnicos o acesso ao ensino superior em

Rondônia. Esta decisão em âmbito local foi tomada na reunião de 30 de março de 2007, conforme registra a Ata do DCHS:

[...] o chefe do departamento abriu a reunião e pela ordem solicitou aos presentes incluir na pauta a solicitação dos professores indígenas a respeito do acesso ao ensino superior. A plenária concordou por unanimidade. [...] o professor Nelson novamente com a palavra colocou a necessidade de ouvir a solicitação dos docentes indígenas, após, aprovou por unanimidade que o Campus de Ji-Paraná, através do DCHS, encaminhará as providências no sentido de viabilizar a proposta [...].

Após a solicitação das comunidades indígenas para criação e implantação do curso de educação superior para habilitação de seus docentes e da decisão do DCHS – Departamento de Ciências Humanas e Sociais do Campus de Ji-Paraná de encaminhar as providências neste sentido, o próximo passo foi solicitar da direção do referido Campus, a nomeação da Comissão por Portaria para elaboração do Projeto de Educação Superior Indígena em abril de 2007.

A elaboração do Projeto do curso superior foi ocorrendo mediante principalmente os encontros de final de cada mês, ocasião em que os docentes indígenas vinham das aldeias para a cidade de Ji-Paraná para receberem seus pagamentos e fazer compras. É interessante registrar a presença das lideranças nestes momentos como os pajés, caciques, coordenadores de entidades e outras pessoas respeitadas na comunidade. Ali conversávamos sobre o perfil do curso, através de questões orientadoras: *quais as necessidades das comunidades, o que diz a legislação educacional, que tempo é suficiente para aprendermos e ensinar tudo isso que queremos?* Além da equipe da Unir de Ji-Paraná, dos docentes e lideranças indígenas, funcionárias da Representação de Ensino da Secretaria de Estado da Educação – SEDUC deram suas contribuições na elaboração do Projeto.

No entanto, mesmo em pleno processo de construção, havia um debate já instalado no Campus de Ji-Paraná e as evidências apontavam para outras propostas, onde parecia não haver lugar para o curso de Licenciatura Intercultural. Preocupados com esta questão, os indígenas enviaram mais um documento para o Campus de Ji-Paraná e o DCHS reafirmando seu desejo e direito de estudar, com vistas a assegurar o cumprimento do preceito constitucional, explicitado no artigo 205 da Constituição Federal.

Com o avanço das discussões do REUNI, ficou acordado que cada departamento e Campus deveriam apresentar suas propostas com vistas à sistematização final em Porto Velho. Neste sentido, o memorando de N°. 72 de 5 de setembro de 2007, da Direção do Campus de Ji-Paraná - DCJP para Reitoria, solicitava a inclusão do curso de licenciatura em educação básica intercultural no REUNI com o objetivo de formar professores indígenas para o ensino fundamental e médio nas áreas indígenas.

No entanto, mesmo com a aprovação do DCHS que foi fundamental e com o acompanhamento permanente das comunidades indígenas e aliados (as), faltava ainda uma etapa importante, a aprovação do curso na 2ª instância local, o Conselho de Campus – CONSEC formado por representantes de todos os cursos do Campus de Ji-Paraná em 12 de junho de 2008. Daí que foi necessário uma ampla mobilização que contou principalmente com os movimentos sociais e a sociedade civil organizada de Ji-Paraná, traduzida em muitas ações: ida de grupos indígenas para Porto Velho por ocasião de uma reunião do CONSUN – Conselho Universitário, órgão de representação máxima na Universidade que não aconteceu em função de manifestação dos estudantes contrários a política do REUNI e também ações locais como diálogos com o Ministério Público e a realização de um abaixo-assinado de apoio à implantação do Curso de Licenciatura em Educação Básica Intercultural com o apoio de várias entidades e segmentos da sociedade local.

Em 18 de novembro de 2008, através da Resolução 198, o Conselho Superior Acadêmico – CONSEA finalmente aprovou o Projeto Político Pedagógico do curso de graduação em Licenciatura em Educação Básica Intercultural. Mais um decisivo passo a favor do diálogo intercultural entre a Universidade e as sociedades indígenas.

No entanto, vale lembrar que as dificuldades para aprovação no Campus de Ji-Paraná persistiam o que atesta talvez a emergência da velha Rondônia colonizadora e anti-indígena, negadora da diferença, conforme registra a imprensa localⁱⁱⁱ:

O encerramento de uma Oficina de Criação para desenvolver o pensamento sobre a mídia, ministrado pela artista plástica Adriana Florense de São Paulo, foi marcado pelo apelo de representantes das etnias indígenas Arara e Gavião pela implantação na Universidade Federal de Rondônia – UNIR Campus de Ji-Paraná do curso de Licenciatura Intercultural em Educação Básica para Docentes Indígenas. Ainda que já exista em estados como o Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Amazonas e Roraima e já ter projeto pronto e aprovado pelo Departamento de Ciências Humanas e Sociais do Campus de Ji-Paraná, a implantação do curso tem enfrentado resistências. 'Estamos muito agradecidos pelo engajamento de professores da UNIR com a nossa causa, pois gostaríamos que o curso viesse para Ji-Paraná. Falo isso em nome das comunidades indígenas que pedem socorro para serem ouvidas e atendidas'. Foram com estas palavras que Zacarias Gavião, coordenador da educação escolar indígena e Josias Gavião coordenador da Organização dos Professores Indígenas do Estado de Rondônia – OPIRON buscaram sensibilizar representantes da UNIR, presentes no encerramento da oficina. O Curso de Licenciatura Intercultural seria a continuidade do Projeto Açai, que há cerca de três anos habilitou, pelo menos, 100 professores indígenas ao magistério. Agora, aqueles mesmos índios que participaram do Projeto Açai reivindicam o curso superior para se tornarem, eles mesmos, multiplicadores dentro de suas comunidades.

As aproximações entre a Universidade por meio de seus representantes máximos, Reitor e Vice-Reitora e as comunidades indígenas constituiu um marco significativo na construção de aliados estratégicos. A nosso ver, pode significar uma pequena sinalização da aproximação entre a Universidade e a Interculturalidade. Em agosto de 2007, houve a visita da Vice-Reitora Profª. Dra. Maria Ivonete Tamboril na SEDUC de Ji-Paraná, ocasião em que dialogou com a maioria dos docentes indígenas, afirmando seu compromisso com a instalação da proposta do curso de educação superior para os indígenas. Dando continuidade ao movimento de sensibilização e mobilização, foi marcado posteriormente um encontro entre os professores e professoras indígenas e a Administração Superior da Unir, com a presença do atual Reitor, Prof. Dr. José Januário Amaral, Pró-Reitor de Pós-Graduação e Pesquisa – Prof. Dr. Dorisvalder Nunes e a Pró-Reitora de Cultura, Extensão e Assuntos Estudantis – Profª. Mestre Josélia Neves em outubro de 2007. Na ocasião, o reitor se comprometeu de envidar todos os esforços no sentido de fazer o curso acontecer. As falas abaixo traduzem um pouco do que significou aquele momento:

Estamos na luta há muito tempo por esta conquista na educação, somos 127 professores que se formaram no Projeto Açai e desde lá a política sobre a formação continuada na universidade já está sendo pensada, tanto com as lideranças quando com as comunidades. Estamos querendo concretizar este sonho. A tendência nossa é que tenhamos este diálogo para entender como funciona a política do ensino superior. Ficamos muito felizes pela sua presença aqui. Queremos conversar e ter um diálogo aberto. Precisamos saber que caminho temos que trilhar para chegar até a universidade. Se nós não chegar até vocês ninguém vai fazer isso para nós, ninguém melhor do que nós para dialogar com a universidade. Precisamos estabelecer uma parceria transparente. (Z.K. Gavião.)

Há mais de três anos o Projeto Açai foi concluído e não tivemos mais formação, este curso habilitou para atuar de 1ª a 4ª séries, necessitamos de formação diferenciada. Os alunos perguntam: 'por que não passamos de ano que nem o branco', precisamos habilitação para 5ª a 8ª, pois existe uma demanda muito grande na Terra Indígena e temos medo que os alunos saiam da aldeia para estudar fora. Não queremos professor branco, queremos professores indígenas para trabalhar com nossos alunos. Essa luta está há muito tempo, não é de agora, há muito tempo estamos batalhando para isso. É importante a universidade atender essa nossa demanda, os professores indígenas querem se formar em Licenciatura Intercultural. (J. S. Gavião)

Sou coordenador da Organização Padereêhij que representa 11 etnias e sou coordenador do NEI, Núcleo de Educação Indígena que reúne as entidades parceiras, inclusive as universidades, é uma honra estarmos junto contigo hoje, queremos dar continuidade ao mesmo assunto que tivemos ontem. Estamos nos aproximando da universidade e se aliando aos professores da universidade. Como poderemos ter acesso à universidade depois da formação do Projeto Açai? Faz três anos que os professores indígenas não têm formação porque faltam projetos para garantir a continuidade da formação destes professores indígenas no estado de Rondônia. A legislação já garante isso, falta só um projeto para colocar em prática esse direito. Queremos colocar este direito em prática de forma justa, através da lei. Para isso,

queremos ouvir o senhor que é responsável por essa universidade e ouvir como podemos ser parceiros nesta luta. A nossa luta vai continuar para garantir acesso aos professores indígenas e também para os jovens que estão ingressando no ensino superior. (H. P. Gavião)

Represento o meu povo, etnia Cinta Larga, e quero acrescentar a conversa dos demais, como estamos falando de ensino superior desde quando começou o Projeto Açaí, hoje queremos cursar a universidade onde podemos aprender mais para poder ensinar nossos alunos, nas nossas aldeias e só tem ensino até 4ª série e isso não é suficiente para nós, povos indígenas, nossas lideranças cobram a gente e nós não temos como resolver isso. Por isso, queremos que vocês que são autoridades nos ajudem queremos aprender como vocês brancos até o doutorado, quem sabe algum dia através desse primeiro passo poderemos ser alguém na vida, nem formação continuada e nem capacitação não temos mais. Como José falou, nossos alunos chegam ao final de nossa aprendizagem, não temos formação suficiente para continuar os estudos dos nossos alunos. (A. Cinta Larga)

Falo em nome dos Arara, nossa grande preocupação com essa discussão é a mesma dos parentes, temos essa expectativa de que podemos chegar na conclusão do nosso ensino, somos cobrados pelas nossas comunidades, criticados, passou da hora de darmos mais um passo para que nossas comunidades possam acreditar mais na gente, se não ingressarmos na universidade a comunidade poderá deixar de acreditar na gente. Queremos isso o mais rápido possível, precisamos da formação de profissionais em diversas áreas, contador, advogado, biólogo, não podemos esperar mais. Queremos nos aliar mais para abrir espaço para as comunidades indígenas do estado de Rondônia e do município de Ji-Paraná, nosso município está mais a frente da política da educação, mais interessado porque todos meses a gente vem aqui para discutir nossos interesses e ouvir nossos parceiros, podemos melhorar nossos conhecimentos, nossa relação, peço que daqui pra frente vocês possam levar essa mensagem aos parceiros de vocês, nós também temos sonhos. (S. Arara)

Muitos são os desdobramentos relativos ao processo de implantação do curso de licenciatura em educação básica intercultural, tanto para a UNIR como para as comunidades indígenas: a realização do vestibular diferenciado, o concurso e a efetivação da contratação de docentes, a aquisição de equipamentos, a construção de espaço físico e a construção da Casa do Estudante Indígena, viabilizada pela Emenda Parlamentar do gabinete do Deputado Federal Anselmo de Jesus, do Partido dos Trabalhadores. Assim é preciso continuar construindo parcerias interinstitucionais e apostando neste diálogo.

Permanência dos estudantes indígenas na Universidade

As políticas públicas referentes à educação, inclusive em nível superior, estão inexoravelmente ligadas ao binômio acesso e permanência: não basta só o acesso do estudante de origem popular, é preciso assegurar a permanência destes na Universidade. Pesquisas desenvolvidas pelo FONAPRACE – Fórum de Pró-Reitores de Assuntos Estudantis e Comunitários (1997; 2004) informam

da necessidade de articulação de ações na perspectiva da assistência estudantil: a permanência e a conclusão do curso por parte dos alunos e alunas em situação de vulnerabilidade socioeconômica, na perspectiva de inclusão social, melhoria do desempenho acadêmico e qualidade de vida.

Daí a necessidade de se produzir reflexões a respeito do acesso e permanência de estudantes indígenas no ensino superior como estratégia política que aliada a outros mecanismos têm a possibilidade de contribuir no debate de projetos em uma perspectiva futura para as comunidades indígenas. Penso que, sobretudo, tem o desafio de se transformarem em espaços radicalmente interculturais:

Nossas universidades continuam sendo um deserto com relação aos povos indígenas. Precisamos indianizar nossas bibliotecas, restaurar a pedagogia da oralidade, criar novos cursos, forçar mudanças curriculares, a partir da presença e luta dos povos indígenas na Universidade. Se a Universidade tem sido tradicionalmente uma “fabrica de brancos” – entra índio e sai branco, é possível subverter essa realidade de homogeneização e monolitismo. É possível e necessário a construção de uma outra universidade, não para os índios, mas dos índios^{iv}.

Em nosso entendimento, a implantação do curso de Licenciatura em Educação Básica Intercultural na UNIR, requer da Universidade um repensar do seu jeito de ensinar e aprender, bem como de suas metodologias de ensino. É preciso rever o modelo de fragmentação do saber, a hegemonia do conhecimento acadêmico que se materializa em nosso cotidiano pedagógico, buscando incessantemente a construção do diálogo entre os saberes em uma perspectiva intercultural para que a Universidade assuma sua feição diferenciada:

A escola, em todos os níveis, da aldeia à universidade, foi colocada para nos dominar, deixarmos de ser índios, perder nossa identidade, direitos, nossas terras e recursos naturais. A Universidade não tem sido diferente. Conservadora, formadora das elites dominadoras, ela tem sido um espaço de discriminação e fechado para os povos indígenas, até pouco tempo. Depois de muita luta, finalmente, parece que o acesso, permanência e transformação está em curso. Mas ainda tem um longo caminho a percorrer. Quem sabe milhares de indígenas aos poucos consigam subverter esse espaço fazendo o que fizeram com a maioria das escolas: de mecanismos de opressão foram transformados em instrumentos de fortalecimento da identidade, dos direitos e das lutas das comunidades e povos indígenas^v.

No decorrer da discussão, elaboração e aprovação do curso para os indígenas, observamos que a Universidade explicita uma série de tensões, decorrentes talvez dos desafios em considerar o conhecimento a partir da diferença e de outras lógicas epistemológicas, não produzidas pela cultura ocidental, imposta como condição única de compreensão e concepção de mundo. Diante disso, indagamos: que Universidade aguarda os estudantes indígenas em Rondônia?

Neste debate, arrisco a responder que o contexto universitário que os

indígenas vão encontrar tem a ver com descobertas, debates conceituais, instabilidades de cunho epistemológico e metodológico que apontam para a necessidade de se pensar questões desafiadoras, tais como: a relação entre as culturas locais e as culturas universais, o espaço acadêmico e o espaço da aldeia e outros com vistas a possível reelaboração do conhecimento. Mas, certamente, um espaço de construção de aprendizagem para todos e todas através do esforço intercultural, conforme afirma o professor Otoniel, da aldeia Tey'kue: *Como acadêmicos entendemos mais algumas coisas e com as lideranças temos força para lutar, porém, a universidade não está preparada para nos receber. Por isso criamos nosso curso, o Teko Arandu, quando entendemos os dois lados, o do karai (branco) e o nosso, ninguém nos segura. Esse é o nosso desafio*^{vi}.

Uma outra preocupação diz respeito à necessidade de se pensar a vinculação entre os estudantes indígenas e as suas comunidades, para não acontecer do indígena se formar e com isso se distanciar de seu povo. Daí ser necessário buscar cada vez mais o diálogo e a articulação entre as comunidades indígenas e os alunos e alunas, a partir do ingresso na Universidade até sua formação e retorno à aldeia. Neste sentido, a fala de uma liderança indígena da etnia Gavião por ocasião de uma reunião do Núcleo de Educação Indígena de Ji-Paraná-RO, evidencia importantes aspectos dessa discussão:

Não é porque uso coisa do branco que vou perder minha cultura. Tem índio fazendo faculdade. Será que vão repassar para a comunidade? O nosso objetivo é fortalecer a educação diferenciada para que depois de conhecer a cultura do branco o índio retorne para a aldeia e use seus conhecimentos, sua formação em benefício do seu povo. (H. G. NEI. Ata N.º 05 de 2006)

Por fim, é necessário nos aproximarmos na condição de Universidade iniciante das experiências de outras instituições do ensino superior, para que, com a possibilidade da troca, possamos ajustar nossas propostas e apontarmos, a partir das demandas colocadas pelas comunidades indígenas, os projetos de futuro. A necessidade permanente entre a Universidade e as comunidades indígenas pode ajudar a evitar ou minimizar situações como as descritas por Wilson Matos, advogado indígena Terena-Guarani: “Há 20 anos não tínhamos gente formada na Universidade e conquistamos bastante coisa. A Faculdade leva ao emprego e não à luta”, ou ainda:

Não se pode ter ilusões. Muita luta será necessária para a conquista de mudanças profundas nas universidades, para que se chegue a uma educação verdadeiramente intercultural, de mão dupla, e se transforme isso em políticas públicas em todas as instâncias, levando a uma efetiva resignificação da universidade. Isso irá exigir muito debate, organização, rebeldia e coragem histórica. Essas conquistas serão fruto da luta do movimento indígena e seus aliados, da presença indígena nas Universidades e de uma ampla articulação nacional e continental^{vii}.

Uma preocupação futura, presente na pauta de alguns setores da UNIR mais próximos da questão indígena, diz respeito ao acesso aos outros cursos, tendo em vista, especialmente, a formação técnica em áreas como administração, contabilidade, direito, saúde, ciências agrárias, e outras. Observamos que diversas universidades públicas, atentas às demandas indígenas por ensino superior, vêm oportunizando interessantes experiências no âmbito do acesso diferenciado dos povos indígenas aos espaços acadêmicos.

Nesta perspectiva, a Fundação Universidade Federal de Rondônia aprovou no âmbito do REUNI (2008) no tópico referente às políticas de inclusão, prevendo: “A ampliação de matrículas por meio de reserva de vagas para minorias étnicas. A partir do vestibular 2009 previsão de 02 vagas por cursos da UNIR para os povos indígenas”. Resta à Universidade aprofundar o diálogo com as comunidades indígenas de Rondônia no intuito de atender as demandas por ensino superior desses e de outros segmentos, no entanto considerando seus saberes e processos sociais e históricos diferenciados.

Uma outra medida que tem favorecido o acesso dos povos indígenas, pelo menos em um primeiro estágio, ampliando possibilidades de chances é a isenção total da taxa do vestibular. No ano de 2008, só em Porto Velho, 38 estudantes indígenas foram beneficiados. Isso porque não incluímos os candidatos do vestibular diferenciado. Desde 2007, a Unir Campus de Porto Velho mantém um Projeto de Apoio Pedagógico aos estudantes indígenas dos anos finais do ensino fundamental e planeja de comum acordo com a FUNAI e os indígenas que já concluíram o ensino médio, o Pré-Vestibular Intercultural. Há, pelo menos, 32 inscrições. A EEEFM Castelo Branco, parceira no Projeto, viabilizará uma sala à noite e a Universidade financiará os bolsistas. A referida atividade ainda não foi iniciada em função da dificuldade de deslocamento por parte dos estudantes.

Pensar as relações entre a Universidade e as Comunidades Indígenas através da Interculturalidade, considerando toda a trajetória histórica destas duas personagens, é algo extremamente desafiador. Mas, sabemos que a Fundação Universidade Federal de Rondônia, ao atender as reivindicações dos povos indígenas, cumpre uma etapa estratégica de suas obrigações formativas. Agora, com feição e identidade mais amazônica, enriquecida com todo este processo, pode saudar seus mais novos alunos e alunas indígenas! Sejam bem vindos e bem vindas nesta instituição. Que possamos aprender e ensinar juntos nesta caminhada!

REFERÊNCIAS

- BECKER, Berta. **Fronteira Amazônica: questões sobre a gestão do território**. Rio de Janeiro: Editora Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1990.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa**. (edição atualizada), 1988.
- _____. **Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei 9394. Brasília, 1996.
- _____. **Plano Nacional de Educação**. Lei 10. 172. Brasília, 2001.
- BRASIL. **Os Povos Indígenas e as Universidades: o difícil caminho da descolonização**. Disponível em: <http://historia.seed.pr.gov.br/modules/noticias/article.php?storyid=20>. Acesso em 20 10/10/2008.
- FLEURI, Reinaldo Matias. **Intercultura e Educação**. Disponível em: http://www.mover.ufsc.br/html/FLEURI_2003_Intercultura_e_Educacao. Acesso 10/10/2008.
- INDÍGENAS reivindicam curso superior. **Jornal Folha de Rondônia**. 3ª feira, 8 de abril de 2008, Ji-Paraná-RO.
- LAPLANTINE, François. **Aprender Antropologia**. São Paulo: Brasiliense, 1994.
- MARTINS, Edilson. **Nossos Índios, nossos mortos: reportagens, entrevistas e artigos**. 2. ed. Editora CODECRI, 1979.
- GTA. Grupo de Trabalho Amazônico. Regional Rondônia. **O fim da floresta?** Porto Velho, 2008.
- PERDIGÃO, Francinete; BASSEGIO, Luiz. **Migrantes Amazônicos: Rondônia, a trajetória da ilusão**. São Paulo: Loyola, 1992.
- PREZIA, Benedito; HOORNAERT, Eduardo. **Brasil indígena: 500 anos de resistência**. São Paulo: FTD, 2000.
- Rondônia. Fundação Universidade Federal de Rondônia. **REUNI**. Disponível em: http://www.unir.br/reuni_arquivos/UNIR_PROJETO_REUNI.pdf Acesso 10/10/2008.
- RIBEIRO, Darcy. **O Povo Brasileiro: a formação e o sentido do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- SILVA, Amizael Gomes da. **No rastro dos pioneiros: um pouco da história rondoniana**. Porto Velho: SEDUC, 1984.
- SOMOS todos índios. Vinícius Cantuária; Evandro Mesquita. Disponível em: <http://letras.terra.com.br/vinicius-cantuaria/628213/corrigir.php>. acesso em 10/10/2008.

PRÁTICAS DE LEITURA EM
COMUNIDADES ÁGRAFASWany Bernardete de Araujo Sampaio²⁴

Refletir sobre as práticas de leitura em sociedades letradas é tema largamente difundido e com vasto material bibliográfico disponível. Entretanto, esta mesma reflexão não se dá com tanta frequência com relação a comunidades ágrafas; talvez isto se deva ao fato de que muitas das correntes de discussão se fundamentem na concepção de que a leitura está estreitamente vinculada à escrita.

Neste texto, então, busco traçar um esboço de reflexão, ainda que sem muitos suportes teóricos, sobre práticas de leitura em comunidades ágrafas. Para tanto, analisei práticas de uma comunidade indígena específica – o povo Amondawa - que habita a área indígena Uru-eu-uau-uau, localizada na região central do Estado de Rondônia, Brasil. A comunidade se constitui, atualmente, de cerca de 130 pessoas.

Tenho estudado a língua e a cultura Amondawa ao longo de pelo menos 12 anos. Meus estudos com relação a esse povo iniciaram-se junto ao Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC – UNIR/CNPq), através do qual desenvolvi vários projetos de pesquisa.

A partir destes estudos, tenho cultivado um trabalho de apoio à educação escolarizada na aldeia Amondawa, elaborando e disponibilizando para a escola diversos recursos didáticos, desde a propositura de um sistema de escrita – pois a comunidade era ágrafa –, confecção de cartilhas de alfabetização e livros de leitura bilíngüe, até o registro de textos míticos e históricos.

Falar dos Amondawa, para mim, portanto, significa falar de minha própria história enquanto pesquisadora em Lingüística e também das pequenas contribuições que consegui dar a esta sociedade indígena no que se refere ao processo de implantação e implementação de uma escola em sua aldeia, com vistas ao desenvolvimento da chamada educação escolar indígena.

²⁴ Doutora em Lingüística. UNIR. Aluna do Programa de Doutorado em Educação Escolar – UNESP/Araraquara. wansamp@gmail.com